

DIAGNOSE DAS CONDIÇÕES DOS RESÍDUOS SÓLIDOS NO POVOADO PRAIA DO SACO, ESTÂNCIA – SE.

Bruna Michelle Guimarães Silva
Raíssa Cruz do Nascimento
Flávia Dantas Moreira

RESUMO

O lixo ou resíduos sólidos, segundo a Associação Brasileira de Normas Técnicas (2004), são restos das atividades humanas, considerados pelos geradores como inúteis, indesejáveis ou descartáveis. O modelo econômico baseado no capitalismo induz a sociedade a consumir e utilizar produtos industriais de forma indiscriminada ao passo que gera em demasia o lixo de difícil degradação no ambiente natural. Por isso o lixo tornou-se um problema ambiental que acomete as cidades e seus pontos turísticos. O presente trabalho teve com o objetivo principal diagnosticar a situação atual dos resíduos sólidos no Povoado Praia do Saco. Uma região em que o turismo configura-se como atividade geradora de renda, mas também de impactos ambientais. A pesquisa de caráter exploratório e descritivo previu, além da pesquisa documental e bibliográfica, aplicação de questionários semiestruturado aos comerciantes e moradores locais sem levar em consideração o sexo ou a idade. Esse trabalho visa fornecer subsídios que irá compor um estudo mais detalhado sobre os cinco eixos do saneamento ambiental: abastecimento de água, esgotamento sanitário, drenagem, resíduos sólidos e controle de vetores.

Palavras-chave: Educação Ambiental, resíduos sólidos, Praia do Saco.

INTRODUÇÃO

O meio ambiente vem sofrendo grandes transformações ao longo dos anos pela ação do homem. O ambiente natural foi ocupado pelas aglomerações urbanas e destruídas pela utilização exaustiva dos recursos naturais. Essa problemática progrediu logo no início da Revolução Industrial, onde o homem passou a utilizar de forma indiscriminada os recursos naturais para a produção de objetos de consumo, na sua maioria descartados com grande rapidez.

Com o advento do capitalista e com o consumo desenfreado impulsionado pela mídia, aumentaram os índices de poluição e degradação ambiental, resultando ainda mais em impactos negativos à saúde humana e ao meio ambiente. Dentre os problemas globais referentes ao ambiente encontra-se a geração de lixo e a necessidade de estabelecer o destino final adequado a esse lixo produzido em grande volume.

A Associação Brasileira de Normas Técnicas nos dá a seguinte definição para lixo ou resíduos sólidos:

(...) lixo ou resíduos sólidos são restos das atividades humanas, considerados pelos geradores como inúteis, indesejáveis ou descartáveis, podendo-se apresentar no estado sólido, semi-sólido ou líquido, desde que não seja passível de tratamento convencional (ABNT, 2004).

O maior problema é a destinação final dos resíduos, que no momento estão sendo dispostos em locais a céu aberto denominados lixões, que se caracterizam pela simples descarga do lixo sobre o solo, sem medidas de proteção ao meio ambiente e a saúde pública.

Esse tipo de medida utilizada por alguns municípios está em processo de extinção, graças a Lei nº 12.305/2010, que institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos, onde determina que administrações públicas municipais, indistintamente do seu porte ou localização, devem construir aterros sanitários e encerrarem as atividades de lixões e aterros controlados até 2014.

Nas atividades de limpeza urbana, os tipos "doméstico" (gerados das atividades diárias em casas, apartamentos, condomínios e demais edificações residenciais) e "comercial" (gerados em estabelecimentos comerciais, cujas características dependem da atividade ali desenvolvida) constituem o chamado "lixo

domiciliar", que junto com o lixo público, representam a maior parcela dos resíduos sólidos produzidos nas cidades.

Segundo a Associação Brasileira de Empresas de Limpeza Pública de Resíduos Sólidos no Brasil (ABRELPE, 2013), o país pouco avançou no que se refere à gestão dos resíduos sólidos urbanos em 2011. De acordo com o estudo, quase 62 milhões de toneladas de resíduos sólidos foram geradas em 2011, 1,8% a mais que em 2010, percentual duas vezes maior que a taxa de crescimento da população no mesmo período.

Infelizmente, não há como parar de produzir lixo, entretanto é possível diminuir o seu volume através do comportamento de cada indivíduo ao manejar os resíduos que são gerados. Por meio da educação ambiental, é viável estimular a população a evitar o desperdício e a praticar a reciclagem, reduzindo a quantidade de lixo e gerando renda.

Logo, o objetivo do presente trabalho é realizar um diagnóstico sobre os resíduos sólidos produzidos no Povoado Praia do Saco no município de Estância-SE. Para atingir este ideal foi realizada a coleta de informações por meio de entrevistas semiestruturadas com comerciantes e moradores locais, além de registrar fotograficamente imagens pertinentes ao tema debatido.

FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Em vigor desde agosto de 2010, a Lei nº 12.305 que estabelece a Política Nacional de Resíduos Sólidos é um marco na gestão ambiental, ao enfrentar um dos maiores problemas urbanos: o lixo. A lei em seu § 1º do art. 1º evidencia que são "as pessoas físicas ou jurídicas, de direito público ou privado, responsáveis direta ou indiretamente pela geração de resíduos sólidos e as que desenvolvam ações relacionadas à gestão integrada ou ao gerenciamento de resíduos sólidos". Além disso, a responsabilidade passa a ser compartilhada, com obrigações que envolvem o governo, os cidadãos e as empresas.

A lei tem como um dos objetivos a não geração, redução, reutilização, reciclagem e tratamento dos resíduos sólidos, bem como disposição final ambientalmente adequada dos rejeitos.

Em seu art. 6º, inciso VIII, a lei determina como um dos princípios "o reconhecimento do resíduo sólido reutilizável e reciclável como um bem econômico e de valor social, gerador de trabalho e renda e promotor de cidadania".

A partir dessa determinação, percebe-se a importância da reciclagem de materiais como forma de promover bem-estar social e econômico, além do ambiental.

Ainda, no art. 18º, § 1º da referida lei, inciso II, fica definido que serão priorizados no acesso aos recursos da União os municípios que implantarem a coleta seletiva com a participação de cooperativas ou outras formas de associação de catadores de materiais reutilizáveis e recicláveis formadas por pessoas físicas de baixa renda.

A coleta seletiva de casa em casa trará ainda mais benefícios às cooperativas e/ou associações de catadores, por meio da inclusão social e das condições humanas de trabalho, gerando ainda mais renda. A reciclagem atua na redução da quantidade de lixo, economizando nos recursos naturais e aumentando a vida útil de um aterro sanitário.

O art. 33 afirma que fabricantes, importadores, distribuidores e comerciantes ficam obrigados a recolher embalagens de agrotóxicos, pilhas e baterias, pneus, óleos lubrificantes e embalagens, todos os tipos de lâmpadas e produtos eletrônicos para serem retornados a sua cadeia de origem para reciclagem. Essa medida é conhecida como “logística reversa” e atua para uma melhor proteção ambiental.

A Política Nacional de Resíduos Sólidos integra a Política Nacional de Educação Ambiental regulada pela Lei nº 9.795/99, que atua no processo de conscientização e melhoria do meio ambiente e da qualidade de vida.

No art. 1º da referida lei, a educação ambiental “os processos por meio dos quais o indivíduo e a coletividade constroem valores sociais, conhecimentos, habilidades atitudes e competências voltadas para a conservação do meio ambiente, bem de uso comum do povo, essencial a sadia qualidade de vida e sua sustentabilidade”.

A educação ambiental tem um papel importante na construção da cidadania, mobilizando a comunidade a rever seus hábitos de consumo contribuindo assim para um ambiente mais saudável.

A prática da coleta seletiva requer muito o emprego da Educação Ambiental, justamente pela forma como os resíduos serão acondicionados, se faz necessário uma orientação para mostrar o seu adequado manuseio, por meio do ensino formal ou não formal, a participação da sociedade é bastante importante para a mudança da problemática existente em seu meio.

METODOLOGIA

Para alcançar os objetivos foi traçado um plano de atividades que incluíram visita de campo à Praia do Saco, conversa informal, entrevista com roteiro de perguntas semiestruturado, registro fotográfico, marcação dos pontos geográficos, revisão de trabalhos acadêmicos.

Para melhor observação e análise da atual condição dos resíduos sólidos na Praia do Saco a visita técnica foi realizada no dia 09 de abril de 2013 para realizar os registros fotográficos e a coleta de informações dos moradores e comerciantes locais quanto à produção, acondicionamento, disposição, coleta, transporte, separação e reciclagem dos resíduos sólidos. A coleta de informações foi feita por meio de entrevistas com perguntas que nortearam a conversa a fim de obter como resposta a percepção dos entrevistados para compor o diagnóstico sobre os resíduos. No entanto, foi possível fazer questionamentos pertinentes relacionadas às condições sociais das pessoas que transitam na região. O questionário não foi aplicado com a liderança comunitária e com o setor de saúde por não existirem estas entidades no povoado.

Com o auxílio de um GPS foram registrados os pontos de interesse para fins de identificação do mesmo ponto em outro momento para posterior estudo e ação mitigadora.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A situação dos resíduos sólidos no povoado Praia do Saco foi analisada a partir da visita de campo e das entrevistas feitas com os moradores, em sua maioria composta por adultos e idosos, e comerciantes locais não levando em consideração a idade ou sexo dos mesmos.

O comércio local restringe-se na venda de alimentos, particularmente petiscos de frutos do mar, e bebidas à beira da Praia do Saco. Os comerciantes são moradores de um povoado vizinho denominado Porto do Mato e complementam a renda com a pesca e com a atividade marisqueira. Todos os bares da região são registrados e pagam o Alvará de funcionamento à Prefeitura de Estância no valor de cem reais por ano. Estes autônomos reconhecem que é necessário formar uma associação para que possam reivindicar direitos comuns a esta categoria de trabalhadores, com o intuito de desenvolver o turismo com sustentabilidade ambiental e qualidade de vida para todos. Segundo Comerciante 1 “uma pessoa sozinha fica difícil, é necessário ter um conjunto

de pessoas para se fazer um projeto em comum”. Qualquer prática de organização no atendimento ao turista é feito pela iniciativa dos referidos comerciantes. “O turismo quem faz é a gente mesmo” (Comerciante 1, 2013).

Com base nos relatos dos entrevistados durante a implantação do Projeto Piranema, a Petrobrás previu disponibilizar recursos para o desenvolvimento do turismo na região, o que não ocorreu até o presente momento. Expuseram, também, que nenhum grupo acadêmico preocupou-se em levar o conhecimento adquirido na sala de aula, referente à prática do turismo de qualidade para auxiliá-los na atividade econômica que eles desempenham.

Entre os direitos comuns imprescindíveis para consolidar o turismo de forma adequada se encontra em obter um serviço de abastecimento de água satisfatório na localidade já que a ausência de água nos encanamentos perdura por volta de 17 a 20 dias. A empresa responsável em prestar este serviço é a Companhia de Saneamento de Sergipe- DESO. Havia poços artesianos localizados nas cozinhas dos bares, mas com o sistema de abastecimento de água implantado e devido à salobridade da água dos poços, os comerciantes fecharam o acesso que tinham para coletar a água. Para que não falte água nos estabelecimentos comerciais, os próprios pequenos empresários trazem de casa a água que servirá para cozinhar e higienizar os utensílios domésticos. Porém parte dos moradores não aderiu ao sistema de abastecimento de água e continuam usando a água dos poços para higienização de utensílios, roupas e da casa, enquanto que para beber compram água mineral, assim declaram que não apresentam sintomas de contaminação parasitária. Outro problema que ocorre nessa localidade é a falta de um sistema de coleta de esgoto, onde os moradores utilizam de fossas rudimentares construídas por eles mesmos que contaminam o solo e o lençol freático tão frágil nesta localidade.

Em primeiro lugar verificou-se a insatisfação dos moradores e dos comerciantes com o serviço de limpeza prestado pela Prefeitura Municipal de Estância. Os comerciantes, que se declararam, descontentes relataram que a varrição nas praias só acontece devido à atuação dos próprios donos de bares. Cada dono zela pelo bem estar dos turistas que chegam com frequência na área delimitada para o comércio.

A Prefeitura de Estância também é responsável por realizar a coleta de lixo produzida na região feita com uma frequência variável. Em período de baixa estação entre os meses de abril a novembro o lixo é recolhido uma vez por semana, geralmente no dia de terça-feira. Esta prática gera um incômodo para quem trabalha no local, porque durante o final de semana a praia costuma ser visitada com um maior fluxo de

turistas produzindo mais lixo que será acondicionado em latas de lixo individuais na área externa logo atrás dos bares.



Figura 1: Recipientes em que os comerciantes armazenam os resíduos sólidos por até 1 semana. Local destacado em amarelo trata-se da região em que se pratica a queima do lixo esporadicamente quando ele se encontra em demasia. Coordenadas: 681.706 m; 8.736.274.
Fonte: Pesquisa, 2013.

Nesses dias o volume de lixo gerado é aumentado significativamente, então o lixo que excede as latas de lixo são embalados em sacos plásticos e colocados no quintal, diretamente em contato com o solo, até que o caminhão de lixo, que pode ser do tipo compactador ou aberto, venha recolher os resíduos sólidos. No período de alta estação nos meses Dezembro, Janeiro, Fevereiro e Março o lixo é recolhido duas ou três vezes por semana, mesmo assim não é suficiente devido a grande demanda. A insuficiência de coletores de lixo na região gera como consequência a queima do lixo por parte dos comerciantes. Apesar de existir caçambas colocadas em algumas partes do povoado Praia do Saco, mas que os habitantes não respeitam as placas de advertência colocando o lixo fora dos recipientes apropriados.



Figura 2: Demonstra a caçamba para coleta de lixo, a placa de advertência que diz “Proibido jogar lixo neste local” e em destaque uma geladeira adentrando a área de manguezal. Coordenadas: 681.142 m; 8.736.236.
Fonte: Pesquisa, 2013.

O lixo coletado pelos caminhões da Prefeitura são encaminhados para o lixão a céu aberto localizado no povoado Cidade Nova, um grave problema ambiental que deve se resolvido já que o Ministério das Cidades determinou que todos os municípios devem extinguir os lixões até 2014.

Não existe nenhum tipo de separação dos materiais recicláveis do lixo orgânico, o que demonstra que não há sensibilidade ambiental quanto à prática de coleta seletiva pelos comerciantes, já que alguns moradores afirmaram que nunca receberam nenhum tipo de campanha educativa informando-os que este hábito pode tornar-se lucrativo.

Dentre os moradores entrevistados encontramos o senhor conhecido na vizinhança com Popular de 61 anos que realiza a coleta seletiva na Praia do Saco e nos povoados vizinhos a cerca de 16 anos. Esta atividade tornou-se sua principal fonte de renda, sendo possível construir uma casa de alvenaria com o lucro obtido na venda de materiais recicláveis.



Figura 3: Lado externa da casa do senhor Popular, local onde separa e armazena o material reciclável que coleta no Povoado Praia do Saco e nas redondezas. Coordenadas: 682.010 m; 8.737.038. Fonte: Pesquisa, 2013.

O senhor Popular realiza este trabalho sozinho, todos os dias de casa em casa, averiguando e separando os materiais que possam existir dentro dos sacos de lixo, sem nenhum tipo de equipamento que o proteja de perfurações, cortes, mordidas de roedores ou picadas de insetos. Dentre os acidentes ocorridos o mais perigoso foi o ataque de enxame de abelhas que estava dentro de um saco de lixo e logo após a abertura houve o incidente que poderia ocasionar a morte dele por uma reação alérgica.

Os materiais coletados por ele são: ferro, alumínio, cobre, plástico e vidro, o papelão não é coletado. Alguns materiais são vendidos a quilo e outros a unidade como está descrito no Quadro 1.

Quadro 1: Relação de materiais recicláveis coletados pelo senhor Popular e preços de venda correspondentes.

Materiais	Preço (Kg/un.)
Plástico	0,50 kg
Vidro	0,25 un.
Cobre	9,00 kg
Alumínio	2,50 kg
Ferro	0,20 kg

Fonte: Pesquisa, 2013.

Os materiais são armazenados na área externa da própria residência do senhor Popular durante um período de 3 meses e depois são vendidos para dois locais em

Estância, obtendo assim uma renda familiar de 1.000 a 1.500 reais para o sustento de 6 pessoas.

Em se tratando dos resíduos sólidos da construção civil, demonstramos em registro fotográfico que a beira do mar ainda se encontra componentes de demolição desde 2011 quando a maré alta destruiu as casas de luxo que se localizavam na Ponta do Saco. Uma alternativa para resolução deste problema é encaminhar para a estação de beneficiamento dos resíduos resultantes da construção civil para logo este material ser reincorporado na construção de novos empreendimentos civis.



Figura 4: Resíduos sólidos da construção civil decorrente da ação do mar. Coordenadas: 680.897 m; 8.736.017.
Fonte: Pesquisa, 2013.

Outro aspecto importante que deve ser levado em consideração no que diz respeito às ações de Educação Ambiental refere-se à ocorrência de visitas do mamífero peixe-boi durante o mês de dezembro a janeiro. Nesse período o animal se torna a principal atração turística, mas pelo fato de se tratar de um ser selvagem merece uma atenção privilegiada. Os entrevistados relataram que os banhistas normalmente apresentam dois tipos de comportamentos, a primeira reação é se aproximar do animal para acariciá-lo e a segunda atacá-lo, ambos não são recomendados pelo Centro Mamíferos Aquáticos.

Foi observado na comunidade, em apenas um estabelecimento comercial distante da Praia do Saco um cartaz referente ao tratamento que a população deve ter ao avistar o mamífero peixe-boi.

Portanto, se faz necessária de forma continuada a prática de Educação Ambiental a fim de conscientizar tantos os moradores, comerciantes e turistas sobre o que deve ser feito ou não quando ele se encontrar na proximidade da praia (Figura 5). Tal conscientização foi feita por parte do Centro Mamíferos Aquáticos/IBAMA.



Figura 5: Cartaz de educação ambiental colocado pelo Centro Mamíferos Aquáticos.
 Coordenadas: 681.721 m; 8.736.560.
 Fonte: Pesquisa, 2013.

Esta foi à única intervenção de educação ambiental realizada na localidade nenhuma iniciativa esta natureza focou a problemática relacionada aos resíduos sólidos produzidos na região.

CONCLUSÃO

Desta forma, constata-se a necessidade de implantar programas de educação ambiental nessa localidade com o objetivo de atingir todos os cidadãos através de um processo participativo permanente, sensibilizando as pessoas na preservação do meio ambiente, no incentivo a menos uso de materiais descartáveis e potencializando a segregação de materiais por meio da coleta seletiva demonstrando que com esta prática será possível obter lucro financeiro como retorno ao tempo despendido para tal fim.

Além do incentivo a criação de uma associação de moradores para pressionarem o poder público para uma melhoria contínua quanto ao serviço prestado por se tratar de uma região turística e que precisa de maiores cuidados com o meio ambiente a fim de que a atividade econômica predominante não seja extinta ao longo dos anos. O poder público deve assumir o papel orientador e provocador desse diálogo com a sociedade.

Uma possível solução para a adequada destinação dos resíduos sólidos da construção civil que se encontra até o momento a beira do mar após a ação da maré sobre as casas de veraneio construídas na área, pode ser o envio deste material para a

estação de reciclagem de resíduos provenientes da construção civil a fim de serem reutilizados em novas obras civis.

REFERÊNCIAS

ABRELPE. Disponível em: <<http://www.abrelpe.org.br>>. Acesso em: 26 abril 2013.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **NBR-10004**: resíduos sólidos: classificação. Rio de Janeiro, 2004. 71 p.

BRASIL. Lei nº 12.305, de 2 de agosto de 2010 da *Política Nacional de Resíduos Sólidos*. Disponível em:

<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/lei/l12305.htm>.

Acesso em: 26 abril 2013.

BRASIL. Lei nº 9.795, de 27 de abril de 1999 da *Política Nacional de Educação Ambiental*. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9795.htm >.

Acesso em: 26 abril 2013.

MONTEIRO, J. H. P. *Manual de Gerenciamento Integrado de Resíduos Sólidos*. Rio de Janeiro: IBAM, 2001.

SISINNO, C.L.S.; OLIVEIRA, R.M. (org.). *Resíduos sólidos, ambiente e saúde: uma visão multidisciplinar*. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2000.

NOTAS

Agradecemos aos moradores do Povoado Praia do Saco, Estância- SE pela receptividade que tivera para conosco durante as entrevistas e ao Instituto Federal de Sergipe pelo apoio que permitiu o desenvolvimento dessa pesquisa.